

DIVISÃO DE CUSTOS DO SVO EM DEBATE

A Câmara de Jundiá sedia, nesta quarta (5), a partir das 19h, uma audiência pública para debater o PL 12.518, de Antonio Carlos Albino (PSB), que prevê a divisão das contas do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) de Jundiá. O órgão é totalmente custeado pela Prefeitura de Jundiá, apesar de prestar serviço, majoritariamente, a outras nove cidades da Região. O projeto de Albino prevê convênios com outras prefeituras.

ALBINO QUER AJUDAR NO RESGATE DO GALO

Durante a sessão desta terça (4) da Câmara Municipal, o vereador Antonio Carlos Albino (PSB) afirmou que se reuniu recentemente com o presidente da Raça Tricolor, torcida organizada do Paulista FC, para debater uma campanha em prol do time. "Queremos resgatar o Paulista e estamos pensando em parcerias que possam ajudar", afirmou.

CÂMARA DE JUNDIAÍ Eficácia de lei que proíbe venda de medicamentos fora de farmácias foi questionado e projeto rejeitado

Local de venda de remédios gera discordância na Casa

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Um projeto de lei que proíbe a venda de medicamentos sem prescrição fora de farmácias foi rejeitado pelos vereadores na sessão ordinária desta terça-feira (4), uma atitude rara na Câmara de Jundiá.

Arnaldo da Farmácia (PDT), autor da proposta, afirmou que criou o PL 12.696 tendo em vista uma iniciativa de um deputado federal, que pretende autorizar a venda de medicamentos sem tarja em supermercados e outros estabelecimentos do tipo. "Remédios sem prescrição são comumente usados contra dores de cabeça, tosse e outras enfermidades leves e por isso podem achar que são inofensivos, mas não são", disse.

O parlamentar argumentou que muitos desses remédios, apesar de serem vendidos sem prescrição, podem ser danosos à saúde. "A aspirina, por exemplo, pode interferir em anticoagulantes e outros podem causar problemas ao fígado. É necessário ter um farmacêutico responsável para orientar a população sobre o uso correto dos remédios", argumentou.

Ele também frisou que órgãos reguladores fazem uma sé-



Para Wagner Ligabó (PPS), farmacêuticos deveriam brigar para que todos os remédios fossem vendidos com prescrição

rie de exigências sobre o ambiente em que o remédio é colocado, o que seria difícil de controlar numa gôndola de supermercado. "Os medicamentos precisam ficar em local

com temperatura específica, exposição ao sol controlada, entre outras normas que precisavam ser obedecidas para não prejudicar o princípio ativo dos medicamentos".

Apesar dos argumentos, alguns vereadores questionaram a eficácia da lei. Para Wagner Ligabó (PPS), a classe farmacêutica deveria brigar para que todos os medicamentos fossem

vendidos somente sob prescrição. "Uma conhecida recentemente se suicidou ao tomar diversos comprimidos de aspirina. Se a prescrição não é obrigatória, tanto faz se é adquirido na farmácia ou no supermercado, o certo é ter receita para tudo", opinou o cardiologista.

Durante a votação, Ligabó, Leandro Palmarini (PV), Cristiano Lopes (PSD), Faouaz Taha (PSDB) e Márcio Cabeleireiro (MDB) se abstiveram; sete vereadores votaram favoravelmente e outros sete não votaram. Como a proposta precisaria de maioria simples, acabou não sendo aprovada.

ADOÇÃO E ABORTO

O PL 12.709, que prevê cartaz informativo sobre adoção em estabelecimentos de saúde, deu a deixa para que os parlamentares se posicionassem contra a descriminalização do aborto.

Paulo Sérgio (PPS), autor da proposta, afirmou que a intenção da proposta é quebrar alguns mitos sobre a adoção de recém-nascidos para a adoção. "Muitas mães que não têm condição de manter o bebê não sabem que é legal e sigiloso doar o bebê e, ao invés disso, acabam abandonando a criança ou recorrendo ao aborto", disse.